



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
Gabinete da Presidência

PROPOSTA Nº 201/2018
Mandato 2017/2021

**Publicitação de Procedimento
e Participação Procedimental**

**REGULAMENTO DO BANCO LOCAL DE AJUDAS TÉCNICAS DO MUNICÍPIO
DE SANTA CRUZ**

Uma verdadeira política de inclusão, que deve estar na base de qualquer programa social responsável, tem de olhar para a sociedade como um todo, e olhar para as faixas mais vulneráveis, nas suas diversas particularidades e necessidades.

Neste domínio, O Banco de Ajudas Técnicas visa, através de empréstimo de equipamentos, apoiar pessoas em situação de dependência cuja situação de saúde imponha a utilização de ajudas técnicas, minorando as dificuldades de mobilidade e facultando uma melhoria de cuidados na dependência, face a terceiros.

Os destinatários destas ajudas são pessoas com deficiência, idosos ou pessoas que necessitam de utilizar as ajudas técnicas de forma temporária por motivos de doença ou acidente, que pertençam a agregados familiares carenciados e sejam residentes no Concelho de Santa Cruz.

Esta é mais uma forma de ir ao encontro das famílias e das suas necessidades, tendo em conta que em causa estão equipamentos que pesam no orçamento familiar ou que são mesmo inacessíveis para os baixos rendimentos ou pensões que são auferidas por uma franja mais vulnerável da população.

O presente regulamento concretiza e sistematiza o projeto "*Banco Local de Ajudas Técnicas do Município de Santa Cruz*", pretendendo constituir um instrumento de trabalho flexível, que permita ir ajustando e aperfeiçoando o seu funcionamento.

O presente regulamento estabelece os critérios de acesso de atribuição de ajudas técnicas a pessoas que necessitem temporária ou definitivamente das mesmas, por motivos de perda e autonomia física ou psicológica, que comprovadamente se encontrem em situação de desfavorecimento económico-social.

Deste modo:

- Considerando que nos termos da lei compete às autarquias locais a promoção da resolução dos problemas que afetam as populações, principalmente aquelas que se encontram mais desprotegidas, a Câmara Municipal de Santa Cruz propõe a aprovação



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CÂMARA MUNICIPAL

Gabinete da Presidência

do presente Regulamento, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- Considerando que os Municípios dispõem de atribuições dos domínios da Saúde e Ação Social, nos termos do exposto nas alíneas g) e h) do Artigo 23, do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Considerando que os procedimentos respeitantes e elaboração dos regulamentos administrativos regem-se pelos artigos 97º a 101º (quanto ao procedimento de elaboração) e artigos 139º a 144º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo;
- Considerando o n.º 1 do Artigo 98 do Código de Procedimento Administrativo, que define que o início do procedimento para a criação de regulamento deve ser publicitado na Internet com a indicação do órgão competente para decidir desencadear o procedimento 'in casu' a Câmara Municipal, com o seu objeto e a forma como se processa a constituição de interessados e a possível apresentação de contributos para o regulamento;

Em face do que antecede, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Cruz delibere aprovar:**

1. A abertura do Procedimento tendente à elaboração do Regulamento Municipal do Banco Local de Ajudas Técnicas do Município de Santa Cruz, e bem assim, levar a cabo todas as formalidades anunciadas anteriormente;
2. Com o cumprimento do número anterior, remeter a presente proposta à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 25.º, n.º 1, g) da Lei 75/2013, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, k) do referido Diploma;
3. Que a tramitação da presente deliberação seja conduzida pela Divisão de Coesão Social.

Santa Cruz, 26 de outubro de 2018,

O Presidente da Câmara,

Filipe Martiniano Martins de Sousa